

BANCO COMUNITÁRIO, MOEDA SOCIAL E TERRITÓRIO: análise do circuito monetário alternativo em dois territórios no Piauí

TAMIRES LORDELO CONCEIÇÃO COSTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

ARIÁDNE SCALFONI RIGO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos ao CNPq pelo apoio financeiro para executar a pesquisa que originou este artigo.

BANCO COMUNITÁRIO, MOEDA SOCIAL E TERRITÓRIO: Análise do circuito monetário alternativo em dois territórios no Piauí

1 Introdução

A economia solidária é apresentada, por França Filho e Laville (2004), como um constante movimento realizado pelos trabalhadores, marcados pela exclusão crescente dentro do capitalismo, como forma de sobreviver e não apenas um termo ou expressão. As iniciativas no campo da economia solidária em sua maioria, se apresentam sob a forma de organizações como associações, cooperativas, redes de cooperação e grupos informais de produção, entre outras. (SINGER, 2002 e 2003; CULTI, KOYAMA e TRINDADE, 2010; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Dentre esse conjunto amplo de experiências, focado em processo de desenvolvimento local e geração de riqueza social, estão inseridos os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Os BCDs atuam, geralmente, em territórios marcados por vulnerabilidade econômica e social, nos quais grande parte dos moradores não possui acesso a serviços bancários tradicionais. (RAPOSO e DE FARIA, 2009; FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009). O objetivo desses bancos é, de acordo com Melo Neto e Magalhães (2009, p. 21), “promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseados no apoio às iniciativas de economia solidária”.

Para a Rede Brasileira de BCDsⁱ, a adoção de uma moeda social pelo BCD é um dos critérios determinantes para a sua filiação à rede, se tornando, então, um importante instrumento para o sucesso de um BCD. (RIGO, 2014). A criação das moedas sociais visa dinamizar o comércio local, potencializar o surgimento de oportunidades de geração de trabalho e renda, por meio da sua circulação exclusivamente dentro da comunidade, aumentando o fluxo da economia local, além de fomentar questões identitárias e culturais (MELO NETO e MAGALHÃES, 2009; RAPOSO e DE FARIA, 2009; RIGO e FRANÇA FILHO, 2017).

As moedas sociais são um dos pilares para o processo de intervenção territorial dos BCDs. Elas estimulam o consumo dentro de determinados territórios (um município, um bairro ou uma região) (RAPOSO e DE FARIA, 2009; RIGO e FRANÇA FILHO, 2017).

O nome “moeda social” se baseia na ideia de transformação social que esse mecanismo pode trazer para os seus beneficiários. Logo, a depender do seu desempenho, em tese, a economia local tem maiores possibilidades de se dinamizar em determinado espaço, promovendo assim um desenvolvimento socioeconômico territorializado. (RAPOSO e DE FARIA, 2009; RIGO e FRANÇA FILHO, 2017)

Diversas experiências envolvendo o fenômeno das moedas sociais existem no mundo, formando um amplo conjunto de moedas complementares. (RIGO, 2014; MENEZES, 2007). Os LETS (Local Exchange Trade Systems) foram os pioneiros na formulação de clubes de trocas e moedas sociais. Foram criados no Canadá, em 1983, e já estão presentes na Inglaterra, Escócia, Noruega, Finlândia, Bélgica, Holanda, França Austrália e Nova Zelândia. (RESGALA, 2017; MENEZES, 2007). Outros exemplos estão presentes na Argentina, chamados Clubes de Trocas, e os SEL (Systèmes d'Échange Local) na França. (MENEZES, 2007)

No Brasil, as primeiras moedas sociais foram destes clubes de trocas, porém, as mais conhecidas são as moedas sociais criadas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Atualmente existem 115 BCDs no Brasil, cada um utilizando suas respectivas moedas sociais em seus territórios de atuação. Eles se encontram dispersos em diversos estados brasileiros. A sua maioria, 52, estão na região nordeste; sete na região Centro-Oeste, 26 na região Sudeste, 28 na região Norte e dois no Distrito Federal.

Os BCDs estão relacionados com o conceito de território ao compartilharem elementos ligados a noção de pertencimento, identidade e o envolvimento dos seus habitantes na sua gestão. (RIGO e FRANÇA FILHO, 2017; FRANÇA FILHO, SILVA JR, 2009). Nesse contexto, um território não se define pelos seus limites físicos, mas pelas suas próprias interações sociais. Milton Santos (1999) fortalece essa premissa quando descreve o território não apenas como categoria de análise da geografia e sim como um espaço de vida, trabalho, residência, trocas materiais e espirituais, então, afirma que um território usado é o “chão mais a identidade” (SANTOS, 1999, p.10).

Nesta pesquisa, partimos da premissa de que as moedas sociais têm o potencial de influenciar e dinamizar as economias locais, promovendo assim desenvolvimento territorial, visto que elas se configuram como um potencial instrumento de desenvolvimento econômico local alternativo à lógica financeira dominante, portanto, podem ser consideradas como uma prática monetária inovadora que estimula novas ações coletivas, recupera a capacidade dos agentes de influenciar os fluxos da economia local e promove novos contextos de sociabilidade (RAPOSO e DE FARIA, 2015; SOARES, 2009; RESGALA, 2017)

Diante deste contexto, **analisar o fluxo das moedas sociais em seus respectivos territórios de atuação** nos permite compreender seu uso na prática dos BCDs e entender como elas capazes de influenciar na gestão do processo de desenvolvimento dos territórios. Nesse intuito, nessa pesquisa foram mapeadas duas experiências de uso de moedas sociais em seus territórios na região Nordeste: moeda Cocal, do Banco dos Cocais e a moeda Opala, do Banco Rede Opala, ambos no estado do Piauí.

O texto está dividido em cinco sessões, incluindo esta introdução. Na segunda sessão, o referencial teórico, é apresentado um panorama do uso de moedas sociais no Brasil e nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), seguida de uma breve noção de Território, principalmente na perspectiva do geógrafo Milton Santos. Ainda nessa sessão, apresenta-se uma relação entre desenvolvimento de territórios e o uso de Moedas Sociais através da metodologia de BCDs. Na terceira sessão é apresentada a metodologia utilizada para realização do trabalho. Na quarta, são descritos os resultados da pesquisa nos dois territórios escolhidos, incluindo a descrição da rede que representa o fluxo das moedas sociais neles. Por último, a quinta sessão, aborda as considerações sobre relações entre os territórios e seus circuitos monetários alternativos.

Referencial Teórico

2.1 O uso de moedas sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) se apresentam como práticas de promoção do desenvolvimento territorial e social que atuam facilitando o acesso ao crédito, oferecendo variados serviços financeiros e não financeiros aos moradores de determinadas comunidades e estão inseridos, geralmente, em territórios de baixa renda, marcados por desigualdades, vulnerabilidades e alto grau de exclusão social e que não possuem, ou possuem restritamente, acesso a serviços bancários tradicionais. (RAPOSO e DE FARIA, 2009; RIGO e FRANÇA FILHO 2017).

Eles buscam a promoção da valorização das coisas no local através de um desenvolvimento endógeno do território. Para tanto, realizam apoio financeiro a comunidade através da prestação de serviços bancários e concessão de microcréditos (produtivo, para consumo, habitacional etc), capacitação e formação aos moradores, atividades e ações econômicas como apoio às iniciativas de produção, comercialização e consumo no bairro, realizam novas parcerias e projetos com órgãos governamentais ou privados. (RIGO, FRANÇA FILHO, 2017; MENEZES e ROCCO, 2009; MELO NETO e MAGALHÃES, 2009; RAPOSO e DE FARIA, 2009). No meio dessas ações e associadas ao microcrédito, a criação e o uso de moedas sociais incentivam o consumo local.

A primeira experiência de BCD do Brasil é o Banco Palmas, fundado em 1998 e localizado no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE). O banco possui a sua moeda social “Palmas” circulando desde o ano 2000 e é considerado referência para os estudos sobre o assunto no Brasil e em vários países do mundo. Em 2003 foi criado o Instituto Palmas, com o objetivo de replicação da metodologia de BCDs, a este Instituto compete certificar a criação de um novo BCD e comunicar ao Banco Central a circulação de uma nova moeda social. (MELO NETO e MAGALHÃES, 2009; FARE, DE FREITAS e MEYER, 2015)

As moedas sociais criadas pelos BCDs possuem os mesmos objetivos e princípios que norteiam o movimento em que estão inseridas, o da Economia Solidária. Elas se apresentam como meios de troca, capazes de gerar melhores condições de vida aos seus usuários e, como prática de reinvenção dos *modus operandi* econômicos, através da sua integração com as outras esferas sociais fortalecendo os laços de confiança e promoção de bem-estar coletivo. (SOARES, 2017)

Portanto, as moedas sociais criadas pelos BCDs no Brasil, são complementares e possuem lastro em moeda nacional (real), ou seja, para cada unidade monetária social emitida existe, no banco comunitário, um valor correspondente em reais (MELO NETO e MAGALHÃES, 2009). Ainda, é administrada pelos seus próprios usuários com a propósito de fazer com que a riqueza local circule pela comunidade que a criou e objetiva promover e ampliar a comercialização no território. (MELO NETO e MAGALHÃES, 2009; SOARES, 2009; FOBE, 2013)

O uso dessas moedas tem caráter voluntário e a sua circulação se restringe a um determinado território marcado por influências históricas, que possuem seus próprios costumes, relações sociais, de vizinhança, entre outros aspectos e peculiaridades. A adesão pelos usuários depende de confiança e estímulo ao consumo local. Para tanto é necessário que haja uma mudança da noção de pedagogia política, incentivando um comportamento econômico baseado na solidariedade e sustentabilidade (RESGALO, 2017; MELO NETO e MAGALHÃES, 2009; FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009).

Assim, utilização e circulação da moeda social desempenham funções não somente econômicas, mas envolvem questões de apropriação da identidade local e cidadania, estimulando a produção e circulação interna e centralizada da massa monetária, até porque, além dos moradores em geral, todas as empresas locais, independente do seu porte, podem fazer uso delas. (RIGO e FRANÇA FILHO, 2017; SOARES, 2017)

Há diversas formas dessa moeda chegar até os seus usuários, algumas são: através de empréstimos concedidos pelo próprio Banco Comunitário, trocando diretamente no BCD real por moeda social, recebendo em forma de troco nos empreendimentos locais e como forma de recebimento de salários (total ou parcialmente) por funcionários. (FRANÇA FILHO, RIGO e LEAL, 2011; RESGALO, 2017). Ao passo que as moedas estão em posse dos usuários, elas podem ser utilizadas como meio de pagamento nos empreendimentos locais ou no BCD em forma de pagamentos de contas diversas. Desta maneira, acontece o fluxo monetário das moedas sociais de acordo com as suas especificidades locais.

As moedas sociais, portanto, são uma das ações ou mecanismos de intervenção territorial dos BCDs. (RIGO, FRANÇA FILHO e LEAL, 2015). As suas vantagens, limites e desafios dependem, além de outros fatores, da cooperação das partes interessadas em resolver problemas comuns do território através de uma dinâmica de desenvolvimento endógeno sustentável. (FARE, DE FREITAS e MEYER, 2015). Desta forma, os aspectos dos territórios tornam-se fundamentais para entender cada dinâmica do uso das moedas sociais.

2.2 A noção Território

A ideia de território modificou-se ao longo dos séculos, mas começou a ser debatida adquirindo novos significados no império romano, século XV, vinculada as relações de

dominação e poder de determinadas áreas de terras, limitando, assim, a órbita econômica de unidades governamentais. (GOTTMANN, 2002; SAQUET, 2014). A partir daí o conceito começa a ser estudado e trabalhado em diversas abordagens. Uma delas, e a mais importante para este estudo é a ideia baseada em interpretações híbridas do território, que se fundamentam a partir das relações sociais e vida cotidiana (SAQUET, 2014).

Santos (1999) apresenta o território como um território usado, de relações, conteúdos e processos marcado por uma identidade e por pertencimento. Diante disso, um território não se define pelos seus limites físicos, mas pelas suas próprias interações sociais. O autor descreve o território não apenas como categoria de análise da geografia e sim como um espaço de vida, trabalho, residência, trocas materiais e espirituais, então, afirma que um território usado é o “chão mais a identidade” (SANTOS, 1999, p.10).

O território, então, não consiste somente em um conjunto de componentes materiais e naturais dentro de um espaço geográfico. Pois, estes componentes são constantemente usados e modificados por pessoas que se organizam no seu espaço segundo seus próprios interesses e objetivos que envolvem o poder, as contradições, as desigualdades, as demarcações, as identidades, as apropriações e dominações, assim desenvolvendo sua própria construção social e histórica. (GOTTMANN, 2002; SAQUET, 2014)

Santos (1996) destaca também essa ideia ao definir os espaços geográficos como conjuntos inseparáveis de sistemas de ação e de objetos, ao mesmo tempo solidário, indissociável e contraditório. Para o autor, o objeto é tudo que se encontra em um determinado espaço, e as ações são as reações sobre esses objetos. Acredita que, o homem produz o espaço a partir das suas necessidades e o espaço se apresenta ao homem como também interage com ele. O território, então, pode ser considerado como uma área delimitada no espaço geográfico onde há exercício de poder, de domínio ou decisão considerando as interações entre os sistemas, pessoas e objetos dentro dele.

Portanto, a ideia de território está diretamente ligada ao lugar onde se vive, se cria relacionamentos, laços familiares e de amizade, se desenvolve arte, cultura e a vida de um cidadão, podendo ser um bairro, um município, uma comunidade urbana ou rural. (SANTOS e SILVEIRA, 2016).

Santos (1999, p. 7) entende o território como “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.” Logo, este pode ser tanto um espaço geográfico, quanto social, político e cultural em diferentes contextos e singularidades (SANTOS, 1999; FERNANDES, 2012).

2.3 Desenvolvimento de Territórios e o uso de Moedas Sociais

O desenvolvimento territorial se dá a partir da colaboração entre os indivíduos que dividem um mesmo espaço. As parcerias entre a sociedade civil, o Estado e setor privado são comuns nesse processo, promovendo e incentivando a execução de projetos (e processos mais contínuos) que gerem novos arranjos produtivos locais, o estabelecimento de relações e configurações políticas que considerem as identidades locais e a história do lugar. (ABRAMOVAY, 2000; FISCHER, 2002)

A construção social do desenvolvimento territorial pode ser considerada uma articulação entre governo local, empresas e organizações “dentro de uma trama singular de interesses criando modelos de ações coletivas, traduzidos em desenhos organizativos complexos, [...], guardadas as contradições desses processos e jogos de interesse dos atores”. (FISCHER, 2002, p.23).

Raposo e de Faria (2009, p. 2015) acreditam que o desenvolvimento territorial é eficaz quando “é capaz de identificar e mobilizar atores sociais, recursos econômicos, conhecimento cultural etc., que devem ser aproveitados e desenvolvidos em nível local, aumentando capital

social”. Dessa maneira, um desenvolvimento local só é equilibrado territorialmente entre os cidadãos através de interesses coletivos que possam recuperar a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. (FISCHER, 2002; OLIVEIRA, 2001)

Os Bancos Comunitários se configuram como experiências capazes de fortalecer o potencial endógeno do território onde estão inseridos criando e aumentando as redes de solidariedade de produtores e consumidores locais por meio de uma reestruturação do território em questão. (FARE, DE FREITAS e MEYER, 2015; RESGALO, 2017). Tal reestruturação deve ser entendida como “processo que conduz à emancipação da sociedade e que modifica as tendências da lógica industrial – sobretudo referente à força de redução das diversidades, ou seja, da homogeneização do espaço abstrato” (RESGALO, 2017, p. 280)

A economia solidária, contexto maior que se inserem os BCDs e as moedas sociais, segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária– SENAES, é definida como: “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. ” (SENAES, 2017). Logo, está estreitamente relacionado com a noção de desenvolvimento de território abordada neste trabalho “principalmente no que tange à equidade, à predominância das pessoas sobre o capital, ao domínio das comunidades sobre o seu próprio destino”. (LÉVESQUE, 2002, p. 115)

Os territórios onde existem experiências de economia solidária, como os BCDs, são vistos como espaço de mobilização e organização social. Suas moedas sociais, entendidas neste contexto como uma das ações mais emblemática dos BCDs, possuem grande potencial de provocar um processo de desenvolvimento dos territórios onde estão inseridas através do seu papel de facilitador de trocas e estímulo ao consumo. Elas fazem com que a cadeia produtiva de um determinado local opere de modo que atendam às necessidades daqueles que vivem, produzem e consomem no território. É uma evidente questão de equilíbrio, paridade, solidariedade e direito ao bem-estar econômico e social, indo de encontro à exploração, pobreza e exclusão. (RIGO e FRANÇA FILHO, 2017; SAQUET, 2012)

3 Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa por pretender compreender que aspectos do território podem estar relacionados à dinâmica do circuito monetário das moedas sociais, vale ressaltar que, tais aspectos não são objetivos e sim os que surgiram ao longo da pesquisa. Nesta abordagem privilegia-se análises mais profundas do objeto estudado, considerando suas características qualitativas, onde o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave, através de um trabalho mais intensivo de campo. (PRODANOV e DE FREITAS, 2013).

Seu caráter descritivo e exploratório, quanto aos objetivos, está implícito na ideia de registrar e descrever os fatos e as características da realidade do objeto do estudo e de proporcionar um aprofundamento sobre os fenômenos estudados. O propósito é explorar e analisar informações de realidades específicas do campo das finanças solidárias e a sua relação com a construção da gestão dos territórios.

No que concerne aos procedimentos, foi o estudo de dois casos enquanto unidades de análise e não enquanto estratégia de pesquisa seguindo o protocolo de estudo de caso, como de costume. Essa decisão metodológica nos permitiu observar o fenômeno de modo mais frouxo e intuitivo, focando os circuitos monetários dos dois BCDs (Banco dos Cocais e Rede Opala) e seus territórios de atuação, dentro do limite de tempo do observador na comunidade. Sendo assim, este trabalho oferece uma perspectiva exploratória, descritiva e relativamente analítica do fenômeno. A coleta de dados ocorreu em três fases:

1) Levantamento Geral: Para a escolha das experiências contempladas nesse estudo, aprofundamos os dados em 21 experiências de BCD no Nordeste do Brasil dentre as 52 existentes (conforme dados de 2015 do NeSOL/USP). Estas entrevistas ocorreram nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 2017, durante o Encontro de Avaliação do Projeto Rede BCDs, realizado pela ITES/EAUFBA, na Escola de Administração da UFBA. Além disso, foi elaborado um roteiro de entrevistas e coletas de dados relativamente extenso e dentre os respondentes, duas experiências se destacaram: o Banco dos Cocais, com o maior volume de moeda social circulando no seu território (cerca de 50mil Cocais); e o Banco Rede Opala, com 24 mil Opalas em circulação.

2) Visitas de campo e o mapeamento dos circuitos monetários: As visitas de campo ocorreram em dois momentos. O primeiro deles foi na cidade de São João do Arraial, estado do Piauí, onde está localizado o Banco dos Cocais, nos dias 18 a 22 de setembro de 2017. Durante esse período no território, foram aplicados 85 questionários semiestruturados. Desses 85 atores pesquisados, 50 são moradores encontrados aleatoriamente nas proximidades da sede do BCD (média de 10 minutos de entrevista por morador); e 35 são empreendimentos de variados seguimentos comerciais (média de 20 minutos de entrevista por empreendimento). A segunda visita de campo, na cidade de Pedro II, localizada a 207 quilômetros da capital Teresina, ocorreu nos dias 17 a 21 de outubro de 2017. Em Pedro II encontra-se o Banco Comunitário Rede Opala e o circuito da moeda Opala no qual foram aplicados 50 questionários semiestruturados com os moradores, também escolhidos aleatoriamente nas proximidades do BCD. Foram entrevistados 35 empreendimentos de diversos seguimentos na área urbana da cidade. As médias de duração das entrevistas com moradores e empreendimentos se mantiveram as mesmas do Banco dos Cocais. Durante a aplicação desses questionários foram consideradas percepções e opiniões dos respondentes sobre a atuação das moedas sociais nos territórios. Anotações complementares foram feitas e elas permitiram descrever e analisar melhor os dados objetivos levantados para compor o circuito monetário mapeado. Após as visitas de campo, os dados foram organizados em planilhas Microsoft Excel® e organizados cuidadosamente.

3) Análise dos circuitos monetários mapeados: nesta fase foi empreendido o mapeamento detalhado do circuito monetário alternativo de cada território. Para isso, foram testadas algumas ferramentas da análise de redes sociais sendo que a que se mostrou mais adequada foi o software Ucinet e Netdraw para, respectivamente, montagem do banco de dados e desenho das redes. Ela permitiu a identificação dos atores envolvidos e os sentidos dos fluxos da moeda entre eles. No entanto, o instrumento de coleta de dados permitiu o levantamento de algumas informações sobre a “qualidade” das relações dentro desse circuito, tais como a frequência e volume do uso da moeda social e relações de amizade e de proximidade construídas a partir do seu uso no território.

4 Análise dos Resultados

4.1 São João do Arraial e o Banco dos Cocais

De acordo com a prefeitura, o município de São João do Arraial foi criado em 1997 e está situado a 186 km de Teresina, na região norte do Piauí, hoje denominada pelo Governo Estadual de “Território dos Cocais”. O município possui uma área de 200,2 km² e uma população de 7.022 mil habitantes, sendo 40% na zona urbana da cidade e 60%, na zona rural.

De acordo com o coordenador do BCD Cocais, a economia e grande parte da renda da cidade vêm da agricultura. As pessoas vivem do extrativismo do babaçu e da agricultura familiar. A atividade agrícola local é baseada na subsistência e o excedente é vendido no mercado. Há também um grande número de moradores que vivem do bolsa família, cerca de mil famílias recebem o benefício. A prefeitura tem cerca de 200 servidores e algumas pessoas aposentadas recebem o INSS.

O Banco dos Cocais foi o primeiro banco comunitário a ser implantado no Estado do Piauí, inaugurado em 12 de dezembro de 2007, data de comemoração do aniversário da cidade de São João do Arraial. Até hoje essa experiência se destaca em meio a rede de BCDs no Brasil pelo apoio direto recebido da prefeitura na época e pelo protagonismo dos líderes locais.

De acordo com o entrevistado, o “Centro Cocais” é uma entidade criada especificamente para a constituição do Banco dos Cocais. O incentivo inicial foi da Prefeitura, em 2006, quando o então prefeito, Francisco das Chagas Limma, visitou uma Feira de Economia Solidária organizada pelo Banco Palmas a convite do seu fundador, Joaquim de Melo Neto, no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE. A ideia e as discussões sobre a implantação de um banco comunitário se iniciaram e dentre as preocupações estava: que entidade irá gerir este novo BCD? Então, foi criado o Centro de Organização Comunitária e Apoio a Inclusão Social, o Cocais. Sendo assim, o novo BCD não se vinculou a nenhuma organização existente no território. O Cocais foi uma junção de instituições como: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, associações comunitárias, vereadores, comerciantes, igrejas, mulheres quebradeiras de coco, grupos de produção em economia solidária, Prefeitura Municipal e Ponto de Cultura. É importante ressaltar que todas as instituições passaram a possuir dois representantes na nova organização denominada Centro Cocais.

A cidade de São João do Arraial não possui bancos convencionais. O Banco dos Cocais atende via correspondente bancário da Caixa Econômica Federal (CEF) prestando serviços à administração pública para pagamento de benefícios aos servidores municipais. A média de circulação mensal no banco é de 5 mil pessoas. O Cocal é moeda local circulante do Banco dos Cocais, criada juntamente com o banco ajuda a fortalecer a economia local através da concessão de microcréditos solidários à comunidade.

Sobre as linhas de crédito, o Banco dos Cocais atua somente com a linha de crédito para produção. Essa linha serve aos clientes que possuem algum tipo de produção e se encaixa dentro do perfil que a linha oferece. Os requisitos básicos para a requisição da linha de crédito são: comprovante de baixa renda, morar no município, ter um negócio iniciado ou ao menos uma ideia, além de buscar compreender se o cliente tem noções básicas de vendas. Essas informações são levantadas em conversa com o solicitante no mesmo momento da solicitação. Essa linha de crédito pode ser ofertada nas duas moedas - o real e a moeda social - , a porcentagem varia de acordo com a necessidade do solicitante do empréstimo. O limite de cada empréstimo é de 1000 reais e/ou cocais cada. De acordo com o coordenador do Banco dos Cocais, existem particularidades de cada cliente para que o empréstimo seja concedido em moedas sociais e/ou em real.

Quando o Banco dos Cocais iniciou suas atividades, o Banco Palmas fez uma doação para impulsionar a circulação da moeda social, cerca de mil e quinhentos reais, que foram transformados em Cocais. Para fazer o fundo circular, a princípio, os créditos eram apenas em moeda social. Nos três primeiros anos, apenas a linha de crédito para consumo funcionava no BCD. Durante esse período, problemas de inadimplência começaram a aparecer, as pessoas não quitavam seus empréstimos. Então, surgiu a ideia de incentivar as pessoas a produzir, trabalhando, criando ou reativando pequenos negócios. Para melhorar a situação, o BCD na época, optou por interromper os empréstimos para consumo porque entendeu que financiar uma atividade que possibilitasse o aumento da renda seria mais interessante.

No município, existe uma lei municipal N.º. 114/2007, intitulada Fundo Municipal de Microcrédito e Apoio a Economia Solidária – FUMAES, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas de geração de trabalho e renda direcionadas à população de menor renda. Essa lei

destina parte das arrecadações municipais (nunca superior a 40%, conforme a lei) para o Centro Cocais e são por ele geridas;

Os recursos do FUMAES são aplicados através do Banco Comunitário dos Cocais e destinadas a ações vinculadas aos programas e projetos, porém, o município é pequeno e as arrecadações são pequenas (não existem grandes empresas ou indústrias). Como disse o coordenador em entrevista, os repasses são muito pequenos, e devido às crises e as dificuldades financeiras internas da prefeitura, esse ano (2016) o repasse não foi uma prioridade. Para se ter uma ideia, cerca de 800 reais a 1500 reais são repassados a cada 2 ou 3 meses.

4.2 Pedro II e o Banco Rede Opala

Fundado e emancipado por portugueses em 1854, o município de Pedro II é conhecido como a “Terra da Opala”, pedra preciosa encontrada apenas em terras pedrossegundense e Australianas. De acordo com a agente de crédito, que também é guia turística no território, a cidade possui uma população de 45 mil habitantes, está localizada à 200 quilômetros da capital do Piauí, Teresina, a 150 quilômetros do litoral e a 200 quilômetros do Ceará. As vias de acesso são bem precárias, apesar do potencial turístico da cidade, ainda não é uma cidade turística porque não tem estrutura adequada, mas é considerada com grande potencial para essa atividade. Possui uma visitação considerável em épocas específicas, notadamente no festival de inverno, no mês de junho, e está estrategicamente localizada em cima da Serra dos Matões. O turismo e o comércio, no entanto, não são melhores desenvolvidos porque conta apenas com uma via de acesso, de Teresina para a cidade.

Pedro II possui belas paisagens naturais, o que chama muito a atenção dos visitantes. Dentre as belezas naturais estão o Morro do Gritador, canion com cerca de 280 metros a uma altitude de 730 metros acima do nível do mar; a Cachoeira do Salto Liso, com suas águas frias e cristalinas, com véu de água de cerca de 30m de queda; o Olho D'água Buritizinho (fonte ou nascente), entre outros. Os sítios arqueológicos (da Lapa) retratam a vida do homem pré-histórico nessas terras. Um conjunto arquitetônico em estilo barroco revela uma Pedro II histórica. O artesanato local, com sua tecelagem de redes e tapetes, encanta os visitantes.

O Banco Rede Opala teve início no mês de junho do ano de 2012 sendo o segundo Banco Comunitário do estado do Piauí, criado pela Obra Kolping da cidade de Pedro II - uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos com atuação em 70 municípios do estado, com sede na capital Teresina. Essa organização social fez um investimento inicial de 10 mil reais para a criação do BCD, que tem abrangência em todo o município. Este, possui mais de 500 empreendimentos de acordo com a agente de crédito, destes, em média de 200 estão cadastrados no banco.

A cidade possui agências bancárias do Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal. Ainda conta com duas Casas Lotéricas e dois correspondentes Caixa Aqui (pontos de atendimento que são conectados em tempo real com a CEF). Um desses correspondentes é o próprio Banco Rede Opala. Ele fica localizado dentro do mercado público da cidade - Shopping do Artesão. É um complexo de lojas de diversos seguimentos, como artesanato, utensílios domésticos, joalherias e restaurantes.

O Banco Rede Opala conta com 3 linhas de crédito. Essas linhas de crédito são liberadas somente em moedas sociais, são elas: microcrédito, quintal produtivo e kit de irrigação. O microcrédito tem um limite de 250 Opalas (de fato, após descontada a taxa de abertura de crédito de 3% no primeiro empréstimo, o valor emprestado é de 242,50). Nessa linha, já foram liberadas 345 solicitações. O volume total liberado até a data da pesquisa foi equivalente a 86.250,00 reais para 136 famílias (as famílias podem renovar o empréstimo quantas vezes forem necessárias). Esta linha recebeu inicialmente da Comunidade Kolping

10.000,00 reais para iniciar e contemplar a produção de artesanatos, produção animal e produção de alimentos (caseiros ou em restaurantes).

O quintal produtivo, que tem como limite 1000 Opalas com juros de 3%, já liberou 29 solicitações. Dentre essas, 25 já foram renovadas, contemplando, então, 29 famílias. A terceira linha de crédito, kit irrigação, foi doada através de um projeto elaborado pela deputada Rejane Dias, em junho de 2017. Foram doados ao BCD 12 kits no valor de 1000,00 reais cada. O acordo entre o BCD e os beneficiários foi de, ao receber o kit no valor de 1000,00, pagar apenas 300,00 reais para o BCD pelo kit. Após a instalação do kit, o beneficiário tem uma carência de 3 meses para começar a pagar esse valor, em 2 vezes de 150,00 reais. Já foram entregues os 12 kits e apenas uma família conseguiu instalar até o momento da pesquisa, devido à falta de água.

4.3 Circuitos monetários

4.3.1 O circuito da moeda Cocal em São João do Arraial.

A cidade de São João do Arraial apresenta, de acordo com o agente de crédito do Banco dos Cocais, uma média de 300 empreendimentos comerciais com pontos fixos, não contabilizando os ambulantes. Todos eles aceitam a moeda social Cocal, apesar da resistência que apresentaram no início do projeto. Na pesquisa de campo realizada, foram entrevistados 35 comerciantes que disseram conhecer e usar a moeda social nos seus estabelecimentos. Desses 35, apenas um era empreendimento econômico solidário.

No começo da atuação do BCD, os comerciantes deviam estar cadastrados para aceitar a moeda social. Atualmente, com crescimento da circulação e aceitação da moeda, esse cadastro não é mais necessário. Porém, com a intenção de mensurar a circulação e movimentação nos principais comércios da cidade (os que vendem mais), o BCD realizou um recadastramento no ano de 2016 que compreendeu 230 empreendimentos. Sobre o cadastramento de comércios no BCD, o agente de crédito afirma que “quem abre um comércio em São João, não precisa ir ao banco para cadastrar a moeda. Automaticamente, ele aceita a moeda, porque ele sabe que todos, aceitam. Virou uma cultura de comercialização local”.

No BCD, o volume médio de moeda social trocado por semana é muito baixo, em média quatro comerciantes realizam esse câmbio, todos os outros utilizam o BCD para pagar contas e boletos, então não seria considerado troca e sim a realização de um serviço em moeda social. Com isso, o agente de crédito acredita que “como não tem muita rejeição (da população), não há dificuldade entre os comércios em passar e receber troco. Logo, ele (comerciante) não acumula a moeda social, ela (moeda social) sempre vai circular.”

Quando da criação da moeda, em 2007, foi lançado no território um volume de 1.500 unidades monetárias para circulação. Hoje, há uma grande variação sobre o volume de Cocais circulando no território. Para o agente de crédito, varia entre 30.000 a 50.000, podendo chegar até 80.000 Cocais nas datas dos pagamentos de benefícios sociais, pois uma boa parte desses pagamentos é realizada em Cocais.

Atualmente o BCD prioriza apenas as renovações de empréstimos solicitadas. Empréstimos para novos solicitantes não estão sendo realizadas devido à ausência de fundo de crédito. No caso das renovações o empréstimo é ofertado a partir das parcelas que estão sendo pagas pelos prestamistas. Sendo assim, o BCD aguarda o pagamento das parcelas dos empréstimos realizados (não possuem esse número com precisão), pois acreditam que possuem um valor emprestado relevante. De acordo com o coordenador do Banco dos Cocais, em média, 1 mil reais retornam para o BCD por mês, sob a forma de parcelas pagas.

Além dos 35 empreendimentos comerciais, foram entrevistadas 50 pessoas escolhidas aleatoriamente nas proximidades do BCD. Dessas, apenas uma afirma não ser morador da cidade e, portanto, não utiliza a moeda, apesar de conhecê-la. Sendo assim, na amostra de 49

entre os atores envolvidos no circuito. Entre esses 5 empreendimentos que repassam Opalas sob a forma de troco, observa-se na Figura 3 que dois deles dizem respeito aos maiores mercados da cidade, Popy e Opção (representados na cor laranja). Pode-se então inferir que ambos atores influenciam significativamente no circuito da moeda. Percebe-se também um outro fator que limita a circulação das Opalas nas mãos da população: os comerciantes não realizam o pagamento dos seus funcionários por meio de moedas sociais, representados na figura 3 na cor vermelha (fora do circuito).

Outro ator importante na configuração do circuito são os turistas, pois, 3 empreendimentos comerciais, duas lojas de Jóias (P2 jóias e Lapidação Arte Jóias) e uma farmácia (Farmácia Confiança), disseram trocar diretamente real por opala no Banco Comunitário para repassar “lembrança da cidade de Pedro II”. Quanto a média de valores trocados, os entrevistados não souberam responder precisamente, apenas afirmam ser valores pequenos para deixar guardado caso os turistas tenham interesse em conhecer. Esse aspecto pode ser observado nas falas a seguir: “A moeda não tem procura e aceitação, somente no festival de inverno quando chega turista na cidade”; “Troco no banco pra passar pra turista” e “Seria bacana se circulasse, mas acho que os turistas levam embora”.

Sobre a relação do uso das Opalas com as linhas de crédito do BCD, verificou-se que, para a linha de crédito de produção, os possíveis beneficiários fazem um cadastro e aguardam o parecer do Comitê de Avaliação de Crédito. Se aprovados, o próprio banco, a partir de uma lista de empreendimentos cadastrados, compra o material solicitado para a produção com moedas sociais no comércio escolhido pelo banco. Isso ocorre porque o BCD precisa de nota fiscal para prestação de contas a sua entidade gestora, a Kolping. De acordo com a agente de crédito, “se entregar as opalas diretamente nas mãos dos beneficiários, alguns não compravam o material de produção e sim materiais de consumo, fugindo a regra do empréstimo”. Portanto, o maior volume de moedas sociais que saem do BCD e segue diretamente para alguns estabelecimentos específicos.

Nesse caso, a maioria dos proprietários dos estabelecimentos aguardam poucos dias e devolvem as Opalas recebidas em forma de pagamentos de contas ao Banco Comunitário. Dentre esses empreendimentos, 3 deles foram entrevistados: Depósitos de redes Pedro II (fornecedor de linhas para redes) – recebe 3 mil opalas e gasta as 3mil pagando contas no BCD; Agrotec (loja de produtos agrícolas) – recebe em média 70 opalas do banco e 30 opalas de moradores, gasta as 100 pagando contas no BCD; Águia Construções (loja de materiais de construção), recebe 1500 de moradores da cidade e 1 mil do banco. Desse volume, 2 mil são gastos pagando contas no banco e 500 comprando material de consumo no Mercadinho Opção. Percebe-se, com isso, que a circulação das opalas entre os moradores da cidade fica sensivelmente restrita, pois os empreendimentos comerciais que recebem uma maior quantidade de moedas sociais as devolvem ao banco comunitário em forma de pagamentos de boletos e contas.

Dentre os 29 empreendimentos visitados que aceitam a moeda, em um universo de 40, apenas 5 deles afirmam passar troco em opalas. Os demais (24) afirmam não tentar mais, pois os clientes rejeitam então as guardam para pagar contas. As frases mais comentadas pelos comerciantes são: “Os clientes não aceitam de troco”; “Aceito aqui, mas quase não chega, se chegar não consigo passar troco”; “Tem 1 opala no caixa faz 4 meses”; “Se eu aceitar, não consigo passar troco, então fico na obrigação de ir no banco trocar”; “O uso é pouco, as pessoas não querem receber de troco”.

Além dos comerciantes, foram entrevistadas 50 pessoas escolhidas aleatoriamente ao redor do banco comunitário. Dessas, apenas duas delas não eram moradores de Pedro II, sendo que uma não conhecia a moeda e a outra disse conhecer, mas nunca utilizou, alegando: “Nunca precisei e nem quero porque não moro aqui”. Dos 48 moradores de Pedro II entrevistados, três disseram não conhecerem a moeda social: “Nunca vi”, “Nunca chegou até

mim, não sei como funciona”, “Só ouvi falar, nunca tive oportunidade de pegar na moeda”. Sendo assim, dos 50 indivíduos entrevistados 45 afirmaram conhecer a moeda social Opala.

Nesse conjunto de 45 moradores, 17 disseram ter utilizado algum dia, mas apenas 8 continuam usando a moeda social. Sendo assim, dos 48 moradores de Pedro II entrevistados, apenas oito deles, atualmente, usam as Opalas no seu dia a dia. Os moradores que ainda usam a moeda social o fazem no comércio local: “Tem pouca circulação, falta divulgação”; “O pessoal daqui não gosta de usar”; “Seria tão bom se todo mundo valorizasse, o povo de fora que valoriza. ”. Estes, afirmam sentir dificuldade em comercializar com a moeda social, pois tem pouca circulação e assim, na opinião deles, acaba por não fazer diferença na vida dos cidadãos. Ainda, comentam que há pouca divulgação por parte do BCD, baixa valorização dos moradores da cidade, porém, muita curiosidade perante os visitantes que costumam levar de lembrança da cidade.

A agente de crédito afirma que o banco é muito procurado por pessoas que não moram em Pedro II – corroborando com as falas dos moradores de que visitantes trocam reais por Opalas no banco para levar de lembrança da cidade. Segundo a mesma agente de crédito, essas cédulas provavelmente nunca mais retornarão para a circulação na cidade. Também não faz ideia de quantas opalas já saíram de circulação através dos visitantes, indicando dificuldade de fazer esses registros. De acordo com a entrevistada, é ainda necessária uma valorização da moeda entre os moradores da cidade. Percebe-se pela fala da agente o entusiasmo passado pelo visitante no momento em que conhece o banco e a moeda: “Para o turista é uma coisa maravilhosa. Quando eles estão na cidade com guia de turismo e ficam sabendo que tem uma moeda social aqui... Nossa! Para eles isso é incrível e querem conhecer de qualquer jeito, porque eles são muito curiosos”.

Na cidade há vários tipos de empreendimentos que aceitam a Opala (mercadinhos, confeitarias, panificadoras, lojas de roupa, farmácia, lojas de calçados, consultório odontológico, escritório de advocacia, entre outros). Entretanto, a maioria dos usuários é de baixa renda e costumam comprar somente em comércios de gêneros alimentícios. Esse então, se torna um fator importante para a compreensão da escassa circulação das opalas entre os empreendimentos que comercializam gêneros que não são considerados de primeira necessidade.

Ao serem questionadas sobre estratégias para preencher a lacuna deixada pela precária divulgação do banco comunitário perante aos moradores da cidade, as agentes de crédito do BCD disseram estar planejando uma reunião com a entidade gestora do banco, a Kolping, para propor estratégias de ação para melhor divulgar a moeda no território. No entanto, há certa dificuldade porque qualquer proposta de intervenção deve ser aprovada, autorizada e auxiliada pelos órgãos responsáveis na organização.

Sobre os comerciantes, é reconhecido pelo banco que é necessário melhorar e estreitar a sua relação, pois, muitos ainda desconhecem a moeda e seu potencial transformador do território. Conforme uma das gentes de crédito, “eles ainda não sabem o que realmente é Opala, não é só uma cédula, por trás da cédula tem todo um trabalho, tem todo um processo, os projetos têm a gestão que eles não conhecem e acho que a gente precisa melhorar essa parte”. Enfatiza também, que há uma falha de comunicação entre os proprietários dos estabelecimentos e os seus funcionários em relação à aceitação ou não da opala. Este fato também pôde ser percebido pela pesquisadora durante a aplicação do questionário em alguns comércios. Quando perguntados se aceitavam a moeda social Opala no estabelecimento, alguns responderam: “vou perguntar para o meu patrão”; “não sei, meu patrão não se encontra”.

5 Considerações sobre relações entre os territórios e seus circuitos monetários alternativos.

Os resultados obtidos através desta pesquisa apontam que os aspectos contextuais de cada território fazem com que a atuação de cada BCD e das suas respectivas moedas sociais podem ter efeitos diferentes. Neste sentido, é preciso que as análises dos circuitos monetários alternativos nos dois territórios no Piauí abordados aqui considerem o contexto de cada uma delas.

Este estudo corrobora o entendimento de Santos (1999), Gottmann (2002) e Saquet, (2014), que apontam que cada território possui relações e interações sociais que o compõem. Estes territórios guardam suas identidades e singularidades pois são considerados espaços de vida onde envolvem poder, contradições e desigualdades. Logo, aspectos territoriais se tornam fatores preponderantes para fluxo das moedas sociais nos circuitos monetários

Na cidade de São João do Arraial com a quantidade de moedas sociais circulando, cerca de 50 mil Cocais, em um território de 7 mil habitantes, é notória a importância da moeda social e do Banco Comunitário na economia local e no cotidiano dos moradores, como visto na figura 2 (Rede de fluxo dos Cocais). Um aspecto importante nesse contexto é a falta de bancos convencionais na cidade e o Banco dos Cocais é o único correspondente bancário da CEF. Este mesmo aspecto, na cidade de Pedro II, se mostra como inibidor do fluxo de circulação da moeda social, pois o município conta com três agências bancárias convencionais, dois correspondentes da CEF e duas lotéricas. Com tantas opções de serviços bancários, a maioria dos moradores entrevistados, da cidade de 45 mil habitantes, dizem não sentir necessidade de utilizar os serviços do BCD e realizar trocas comerciais com moedas sociais, sendo assim um dos aspectos fundamentais para o baixo fluxo de moeda social no circuito.

Outro fator que compromete a circulação das Opalas é a compra direta do material solicitado pelos beneficiários de empréstimos para produção com moedas sociais no comércio escolhido pelo banco. A maioria dessas moedas é devolvida ao banco, por esses empreendimentos comerciais, por meio de pagamentos de contas diversas. Ainda em Pedro II, percebeu-se que o circuito monetário dessas moedas se torna curto entre os usuários.

Para os moradores de São João do Arraial, os Cocais lhe oferecem segurança no sentido de diminuição dos índices de violência e assaltos depois da criação do BCD. Levando então, uma consequência positiva para a comunidade. Verificamos que esse BCD, e sua moeda, instituídos a partir desse apoio do Estado, inclusive na criação de legislação específica que trate do tema, apresentam um fluxo mais diversificado do em Pedro II que não contaram com esse aparato.

Diante desse cenário, o estudo corrobora o entendimento que as moedas não podem ser consideradas apenas um meio de troca econômica, a sua metodologia está aliada ao desenvolvimento local mais justo, onde seus benefícios e prejuízos possam ser repartidos de forma mais igualitária. (FRANÇA FILHO, RIGO e LEAL, 2011; MENEZES; CROCCO, 2009, SINGER, 2003). Os casos escolhidos apresentam fatores distintos que auxiliam e que prejudicam a circulação das moedas sociais. E, os instrumentos de coleta de dados e o uso da análise de redes permitiu identificar problemas específicos nos circuitos monetários investigados e orientar mais diretamente as ações do BCD para dinamizar a economia local por meio do uso da moeda social criada. Entendemos isso como uma contribuição na inovação de processos locais a partir dos próprios agentes de crédito.

No que diz respeito à contribuição para políticas públicas, acreditamos que as discussões em torno do uso da moeda, do microcrédito ofertado pelos BCDs e das especificidades locais apontam para ações públicas (e políticas) no sentido de apoiar essas experiências, principalmente em contextos de crise. Nossas informações mostram como o apoio da prefeitura de São João do Arraial (PI) inovou ao apoiar a criação do Banco dos

Cocais e ainda atrelar o pagamento de salários do funcionalismo público local ao uso de moeda social.

Futuras pesquisas são vislumbradas a partir dos achados dessa investigação. A diversidade do material qualitativo obtido aponta na direção oposta ao estabelecimento de padrões de comportamento dos circuitos monetários alternativos e vai ao encontro de permitir que as especificidades de cada local indiquem como cada experiência pode atuar de forma efetiva no desenvolvimento do seu território.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia aplicada. v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H. TRINDADE, Marcelo. **A economia solidária no Brasil**. Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários – São Paulo: Todos os Bichos, 2010.
- FARE, Marie; DE FREITAS, Carlos; MEYER, Camille. Territorial development and Community currencies. **International Journal of Community Currency Research**, v. 19, n. D, p. 6-17, 2015.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera, n. 6, p. 24-34, 2012.
- FISCHER, Tânia. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Casa da Qualidade, 2002.
- FOBE, Nicole Julie. **A Economia Solidária ante a globalização: o caso das moedas sociais**. Humanidades em diálogo, v. 5, p. 41-54, 2013.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v.7, n.1, jan-jun. 2007.p. 155 -174.
- FRANÇA FILHO, Genauto; SILVA JÚNIOR, Jeová. Bancos comunitários de desenvolvimento. HESPANHA, P. et al., **Dicionário Internacional da Outra Economia**, Coimbra: Almedina, 2009.
- FRANÇA FILHO; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: Uma abordagem internacional**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.
- JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia—Cooperação. In **Dicionário Internacional da Outra Economia**, edited by ADL CATTANI, J.
- MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos comunitários**. 2009.
- MENEZES, MELISSA SILVA. **Sistemas de Moeda Local: uma investigação sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES**. 2007.
- MENEZES, Melissa Silva; CROCCO, Marco Aurélio. **Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES**. Economia e Sociedade, v. 18, n. 2, p. 371-398, 2009.
- NESOL-USP - Núcleo de Economia Solidária – **Finanças Solidárias** (Cadernos de Finanças Solidárias) / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP – São Paulo – NESOL-USP, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?. In: **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. 2002. p. 11-31

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

RAPOSO, Jaciara Gomes; DE FARIA, Maurício Sardá. **Banco Comunitário e Moeda Social: Organização Comunitária e Desenvolvimento Local**. Revista Organizações em Contextoonline, v. 11, n. 22, p. 551-569.

RESGALA, Gustavo. **A MOEDA SOCIAL E O FORTALECIMENTO DO ESPACO DIFERENCIAL NAS PERIFERIAS**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 19, n. 2, 2017.

RIGO, ARIÁDNE SCALFONI. **Moedas sociais e bancos comunitários no brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RIGO, Ariádne Scalfoni; DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LEAL, Leonardo Prates. **Moedas Sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: a Experiência das Conchas em Matarandiba/BA**. Revista interdisciplinar de gestão social, v. 4, n. 2, 2015.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Bancos Comunitários e moedas sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva**. 2017.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico, um híbrido. In _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp. p. 72 a 88, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, 2016.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Redescobrimo territórios com professor Dr. Marcos Aurelio Saquet** OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.4, n.12, p. 167-173, dez. 2012.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Território**. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.) Dicionário para formação em gestão social. Salvador. CIAGS/UFBA, 2014. P. 176-179.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria>>. Acesso em 10 maio de 2017.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Claudia Lúcia Bisaggio. **Moeda social**. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. **Moeda Social: um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades**. Nesol, Nesfi, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://cirandas.net/articles/0008/8481/um_conceito__uma_proposta_de_tipologia__limites_e_potencialidades.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

ⁱ A Rede Brasileira de Bancos Comunitários constitui-se através da articulação de todos os Bancos Comunitários criados no Brasil e todos esses bancos recebem uma espécie selo de certificação da Rede.

ii Indivíduo que vende o que produz ou presta serviços e, ao mesmo tempo, é consumidor na comunidade.